

Projeto de Extensão Novo Observatório: avaliação pós-ocupação das condições de acessibilidade espacial nas escolas municipais de Içara/SC

Doi: <http://dx.doi.org/10.18616/civiltec.v2i2.6846>

Aline Eyng Savi¹

Elaine Guglielmi Pavei Antunes²

Glaucia Regina Marchesan³

Rubia Carminatti Peterson⁴

1. Introdução

A educação infantil tem o papel de socializar, desenvolver habilidades, melhorar o desempenho escolar no futuro, promover o lúdico, o ético, a cidadania e os laços afetivos, propiciando à criança resultados efetivos para toda a vida. Por tais papéis, avança além da pedagogia, constituindo estudo para diferentes áreas do conhecimento, entre elas a qualidade do ambiente construído nas condições de acessibilidade espacial.

Este conceito de acessibilidade significa bem mais do que apenas poder chegar ou entrar num lugar desejado. É, também, necessário que a pessoa possa situar-se, orientar-se no espaço e que compreenda o que acontece, a fim de encontrar os diversos lugares e ambientes com suas diferentes atividades, sem precisar ser auxiliado (DISCHINGER *et al.*, 2009).

Nesse cenário é que se estabelece o projeto de extensão universitária: “Novo Observatório”, iniciado no ano de 2021, com o objetivo da avaliação pós-ocupação das condições de acessibilidade espacial nas escolas públicas municipais de nível fundamental de Içara/SC. O universo inclui mais de 3.400 alunos, matriculados em 9 escolas, nos perímetros urbano e rural.

Até o presente momento, avaliou-se uma escola e este resumo expõe a metodologia adotada e os resultados obtidos. É importante destacar que as etapas apresentadas serão cumpridas nas demais escolas, o que gerará um diagnóstico das condições de acessibilidade espacial bastante detalhado, permitindo que os órgãos gestores tenham informações técnicas para atuar de forma assertiva, visto que a equipe extensionista é formada pelos cursos de graduação em Arquitetura e Urbanismo, Design de Produtos e Engenharia Civil.

1 Doutora, Universidade do Extremo Sul Catarinense, alineesavi@unesc.net

2 Doutora, Universidade do Extremo Sul Catarinense, elainegpa@unesc.net

3 Especialista, Universidade do Extremo Sul Catarinense, glauciamarchesan@unesc.net

4 Mestre, Universidade do Extremo Sul Catarinense, rcarminatti@unesc.net

2. Metodologia

A obtenção dos dados de campo ocorreu por meio das planilhas de avaliação que constam no *Manual de Acessibilidade Espacial para Escolas*, publicado em 2009. Essas planilhas foram elaboradas originalmente com base na NBR 9050 (ABNT, 2004), norma vigente à época. Contudo, a mesma foi reformulada em agosto de 2020 e, por essa razão, houve a necessidade de atualizar os quesitos de análise pela equipe de extensionistas. Após essa etapa de campo, a equipe determinou o Coeficiente de Acessibilidade (DIAS, 2016), conforme fórmula a seguir:

$$\text{Coef de acessibilidade espacial} = \frac{\text{Nº de requisitos em conformidade com as normas}}{\text{Nº total de requisitos avaliados}}$$

O coeficiente de acessibilidade inicial de cada planilha foi determinado por meio da relação entre o número de requisitos que estavam em conformidade com a NBR 9050 (ABNT, 2020), em relação ao número total de requisitos avaliados conforme as planilhas utilizadas. Sobre os dados apresentados, estabeleceu-se que, para ser considerado acessível, o ambiente deveria atingir um índice de acessibilidade espacial mínimo de 70%, o que corresponderia a um mínimo aceitável (DIAS, 2016).

3. Resultados Parciais

A primeira escola visitada, ainda que em bom estado de conservação, apresentou problemas estruturais na acessibilidade, resultando em coeficiente de acessibilidade inferior a 60% (tabela 1). Há de se registrar que a escola atende um aluno com deficiência múltipla, utilizando muletas. Na avaliação, constatou-se que não há banheiro acessível, e os existentes possuem portas de 58 centímetro de vão livre (figura 1a). A rampa de acesso não possui piso de podotátil e nem sequer proteção lateral (figura 1b). A área externa, importante fator de desenvolvimento psicomotor para as crianças, não possui nenhum tipo de tratamento, dificultando o acesso de alunos com ou sem deficiência (figura 1c).

Tabela 1. Coeficiente de acessibilidade encontrados na escola. (Fonte: elaboração própria)

Planilha	Memória de calculo	Coeficiente de acessibilidade
A rua em frente à escola	1/20 * 100%	5,0%
Do portão da escola à porta de entrada	7/21 * 100%	33,3%
Corredores	10/24 * 100%	41,6%
Salas de aula	4/8 * 100%	50%
Sanitários	5/26 * 100%	19,2%
Refeitório	3/7 * 100%	42,8%
Pátios	1/12 * 100%	8,3%



Figura 1. (a) Acesso ao banheiro, (b) Rampa de acesso, (c) Pátio externo. (Fonte: elaboração própria)

4. Conclusões

Reforça-se a importância da acessibilidade espacial no processo de inclusão escolar, visto que, para esta acontecer de forma plena, é importante identificar quais barreiras físicas aumentam o grau de dificuldade ou impossibilitam a participação, a realização de atividades e a interação das pessoas com deficiência nas escolas, para que assim os ambientes pedagógicos realmente atendam às necessidades de todos, atendendo verdadeiramente o direito à educação. Pois, como afirma Dischinger *et al.* (2009, p. 21), “na escola inclusiva, todos devem sentir-se bem-vindos, acolhidos e atendidos em suas necessidades específicas”.

Palavras-chave: Ambiente construído. Acessibilidade Arquitetônica. Escolas Públicas Municipais. Extensão Universitária.

Referências

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 9050: acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos**. Rio de Janeiro, 2020.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

DIAS, E. Q. **Acessibilidade espacial e inclusão em escolas municipais de educação infantil**. 2016. 206 f. Dissertação (Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação, Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Estadual Paulista. Bauru, 2016.

DISCHINGER, M.; BINS ELY, V. E. M.; MACHADO, R. **Manual de acessibilidade espacial para escolas: o direito à escola acessível**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2009. 120 p.